

Chamaeleo chamaeleon (Linnaeus, 1758)

Camaleão-comum

Camaleón común, Mediterranean Chameleon

TAXONOMIA E FILOGEOGRAFIA

O camaleão-comum, *Chamaeleo chamaeleon* (Linnaeus, 1758), pertence à família Chamaeleonidae, uma pequena família de origem africana. Os camaleões ibéricos incluem-se na subespécie *Chamaeleo chamaeleon chamaeleon* (Linnaeus), uma das várias subespécies que colectivamente se distribuem do Sul da Europa ao Norte de África e Médio Oriente (Hillenius, 1978; Klaver, 1981; Klaver & Böhme, 1986). Foi Lineu o primeiro autor a mencionar a existência de camaleões na Península Ibérica na edição do *Systema Naturae* de 1766. Mais tarde, outros autores referiram a espécie no Sul de Espanha (Martínez & Montes, 1852), Cádiz (Machado, 1859), e Málaga (Bosca, 1877). Gadow (1901) considerou que esta espécie tinha sido introduzida em Málaga e desde então tem-se assumido que as populações ibéricas são uma introdução recente feita pelo Homem. A descoberta de restos Holocénicos de *Chamaeleo chamaeleon* (Talavera & Sanchíz, 1983) na região de Málaga levou alguns autores a admitir que pelo menos esta população poderia ter tido uma origem natural (Talavera & Sanchíz, 1983; Crespo & Oliveira, 1989; Blasco, 1997a,b). A ideia de que a espécie é uma introdução recente em Portugal foi originalmente proposta por Themido (1945). Este autor refere que, para além do Sul de Espanha, esta espécie não teria sido registada “em qualquer outro ponto do continente Europeu”. Para Portugal, o mesmo autor refere a existência de uma colónia na Mata Nacional de Vila Real de Santo António: “Esta colónia de camaleões descende, segundo informações dignas do melhor crédito, de exemplares trazidos do Sul da Espanha e de Marrocos, há cerca de 25 anos, por operários algarvios que periodicamente iam trabalhar nas fábricas instaladas naquelas regiões.” É apenas neste parágrafo que se apoia a suposição de que a espécie é uma introdução do início do século XX em Portugal. Os estudos genéticos para esclarecer a origem das populações portuguesas (Paulo et al., 2002b) sugerem que a hipótese de uma colonização natural há mais de 200.000 anos é pouco provável, mas não excluem a possibilidade de esta ser mais recente, ou de ter ocorrido uma introdução mediada pelo homem. Este trabalho indica claramente uma dupla origem para as populações ibéricas, estando a população de Málaga relacionada com as da região mediterrânica de Marrocos,

e as populações atlânticas de Portugal e Espanha aparentadas com as do litoral atlântico marroquino, nomeadamente da região de Essaouira.

DISTRIBUIÇÃO GLOBAL

As populações de Espanha (Almeria, Granada, Málaga, Cádiz e Huelva) e Portugal (Algarve) são as mais setentrionais de uma vasta distribuição circum-mediterrânica. Existem referências de populações desta espécie no Sul da Europa (Portugal, Espanha e Grécia), em algumas ilhas mediterrânicas (Chipre, Malta, Sicília, Samos, Chios e Creta), no Norte de África (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egipto) e Médio Oriente (Turquia, Líbano, Israel, Arábia Saudita, Síria e Yémen) (Hillenius, 1978; Klaver, 1981; Blasco, 1985). Por ser uma espécie arborícola, pode encontrar-se no Sul da Península Ibérica em pinhais, matorrais esparsos, pomares e até jardins (Blasco et al., 1985; Cuadrado & Rodríguez 1997; Miraldo et al., 2005). As zonas habitadas por *C. chamaeleon* no Sul de Portugal incluem-se no piso bioclimático Termomediterrânico seco. Este clima caracteriza-se por pluviosidades que se situam entre os 350 e os 600 mm e por temperaturas médias anuais entre os 16°C e os 18°C (Rivas-Martínez et al., 1990).

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL

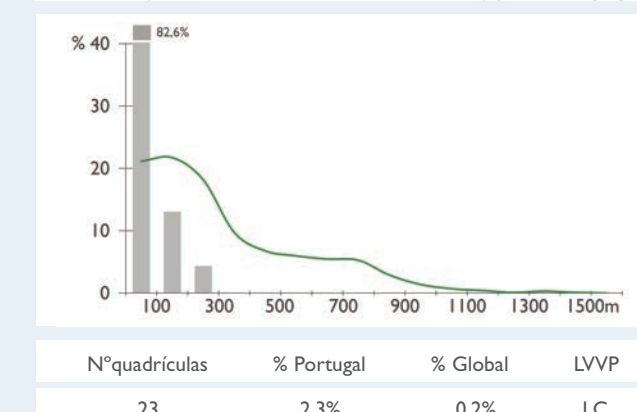
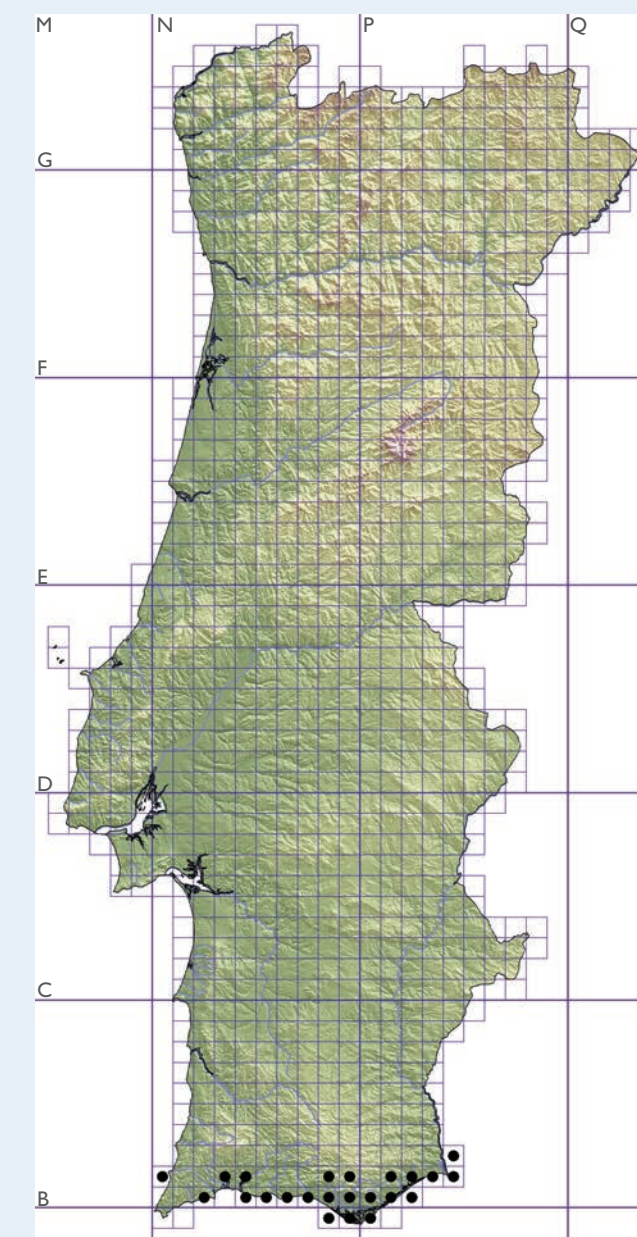
A distribuição do camaleão em Portugal restringe-se ao litoral algarvio, sendo os limites da sua ocorrência Vila Real de Santo António, a leste, e Lagos, a oeste. Esta espécie aparece mais frequentemente em zonas de pinhais costeiros, dunas litorais com vegetação (sobretudo matorrais esparsos) e pomares tradicionais (alfarrobeiras, figueiras e amendoeiras, entre outras) (Miraldo et al., 2005). A sua distribuição é claramente fragmentada quando analisada à escala local, alternando elevadas densidades em habitats adequados com baixas densidades em habitats sub-óptimos ou inadequados. Esta fragmentação é particularmente evidente nas populações do Oeste algarvio. O camaleão tem a particularidade de apresentar uma área de distribuição actual maior do que aquela que seria de esperar tendo em consideração os seus limites de tolerância ecológicos porque o transporte permanente de indivíduos mediado pelo homem origina

recorrentemente pequenos núcleos populacionais dispersos. Contudo, o destino mais provável destes núcleos é o seu desaparecimento, pelo que uma primeira percepção da sua abundância e distribuição pode ser muito enganadora.

CONSERVAÇÃO E AMEAÇAS

Os principais factores de ameaça sobre o camaleão resultam, aparentemente, da perda e fragmentação dos habitats. As suas populações localizam-se, maioritariamente, numa estreita faixa litoral que, devido à crescente urbanização e pressão turística, tem vindo a ser interrompida e degradada. Por esta razão, alguns núcleos populacionais têm ficado isolados e os habitats mais adequados para a espécie têm vindo a desaparecer, nomeadamente as dunas litorais e os pinhais costeiros. Por outro lado, a conversão de pomares tradicionais em extensas monoculturas de citrinos contribui, também, para a redução e fragmentação dos seus habitats. Estes factores são especialmente relevantes porque o camaleão tem uma reduzida capacidade de dispersão natural. Assim, as acções de conservação desta espécie devem incluir medidas de protecção e recuperação dos pinhais, dunas costeiras e matorrais esparsos, o incentivo à manutenção de pomares tradicionais e o controlo do uso de agroquímicos. É também essencial manter corredores de dispersão entre os principais núcleos populacionais. O processo de colonização-extinção descrito na secção anterior tem claras consequências na estratégia de conservação da espécie. A este respeito, a gestão e aumento da capacidade de suporte de algumas áreas de habitat adequado para a espécie representarão uma melhor estratégia de conservação do que a preservação de vastas áreas de habitats sub-óptimos com reduzidas densidades populacionais (Miraldo et al. 2005).

Andreia Miraldo e Octávio S. Paulo



MG



CC



CC